Nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos :

d) Abrir um crédito especial de 936.600\$, destinado a custear as despesas com o fornecimento e montagem das estações radiotelegráficas.

6) Na colónia de Macau

Nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos :

a) Abrir um crédito especial de \$ 30.000,00, destinado a reforçar a verba do capítulo 7.º, artigo 146.º, n.º 1) «Serviços de fomento — Repartição Técnica das Obras Públicas — Despesas com o material — Construções e obras novas — Edifícios», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

7) Na colónia de Timor

Nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 37:879, de 8 de Julho de 1950 :

a) Abrir um crédito especial de \$ 6.000,00, destinado a custear as despesas a efectuar com exercícios de campanha, servindo de contrapartida igual importância a sair da verba do capítulo 8.º, artigo 156.º, n.º 2) «Serviços militares — Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Gratificações de readmissão — A praças europeias e a sargentos e praças indígenas», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor.

Nos termos do § 1.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946 :

b) Abrir um crédito especial de 12.000\$, destinado a reforçar a verba do capítulo 10.º, artigo 192.º, n.º 9), alínea b) — 1.ª «Encargos gerais — Diversas despesas — Despesas eventuais — Não especificadas — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, usando como contrapartida igual importância a sair da verba do capítulo 9.º, artigo 182.º «Serviços de marinha — Navio a motor *Nova Dili* — Despesas com o material — Material de consumo corrente», da mesma tabela de despesa.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» das colónias da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor e do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 4 de Outubro de 1950. — O Ministro das Colónias, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 13:319

Embora o ano seja de contra-safra, a produção nacional de azeite, acrescida da reserva do ano passado, será suficiente para garantir o abastecimento público, que aliás se encontra também assegurado relativamente a outras gorduras animais e vegetais.

Por isso se não impõem restrições à liberdade de consumo, continuando apenas em vigor as medidas precedentemente adoptadas para impedir eventuais anomalias na movimentação do azeite.

No prosseguimento da política de estabilização, que parece dever continuar a adoptar-se no próprio interesse da lavoura, mantêm-se os preços fixados na anterior campanha.

Pelo que se refere à exportação, procurar-se-á garantir a presença do azeite português nos seus tradicionais mercados.

Nestes termos :

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, o seguinte :

1.º Independentemente do registo do trabalho diário a que se refere o Decreto n.º 31:445, de 4 de Agosto de 1941, todos os que exploram lagares de azeite são obrigados :

a) A enviar, quando os lagares trabalhem por conta de outrem, às delegações da Junta Nacional do Azeite, ou à sede deste organismo, quanto aos lagares situados nos distritos de Lisboa e Setúbal, um duplicado da cédula de fabrico, de modelo fornecido pela referida Junta, indicando as partidas de azeite entregues a cada produtor durante o semana e as fabricadas de conta própria ou recolhidas de maquias ;

b) Quando os lagares laborem apenas a azeitona da casa agrícola do seu proprietário, ou a que por ele for adquirida, as cédulas mencionadas na alínea anterior devem indicar as quantidades fabricadas durante o mesmo período de tempo, devendo os elementos respectivos ser extraídos do registo do trabalho diário do lagar ;

c) A entregar aos transportadores do azeite que os produtores retirem dos lagares um talão indicando, além da quantidade de azeite, o nome do proprietário e o número da cédula de fabrico correspondente. Este talão legaliza, perante a fiscalização, o azeite no trajecto do lagar para a casa do produtor ;

d) A fazer a remessa das cédulas de fabrico referidas nas alíneas a) e b) na segunda-feira da semana seguinte àquela a que respeitem as entregas, o fabrico e as maquias.

2.º Para os efeitos do disposto nesta portaria consideram-se também produtores de azeite todos os proprietários, rendeiros, gerentes ou parceiros de lagares.

3.º Os produtores e possuidores de azeite são obrigados a declarar, de acordo com as instruções da Intendência-Geral dos Abastecimentos e perante as delegações concelhias deste organismo, as quantidades que reservam para consumo próprio.

4.º O azeite produzido, deduzidas as quantidades reservadas para consumo próprio e das casas agrícolas, será obrigatoriamente objecto de transacção, podendo o Ministro da Economia determinar, se assim o julgar necessário, a requisição do que não tenha sido transaccionado, o qual será entregue pela Junta Nacional do Azeite a um armazenista indicado pelo Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite. Não tendo sido feita declaração de reserva, todo o azeite deve ser transaccionado e pode ser objecto de requisição, nos termos do disposto neste número.

5.º A compra de azeite aos produtores só pode ser feita pelos comerciantes inscritos no Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite, pelas entidades como tal consideradas por disposição legal, pelos refinadores e ainda por retalhistas e consumidores nas seguintes condições :

a) Quando a compra tiver sido feita por armazenistas ou entidades equiparadas, são os mesmos obrigados a enviar à delegação concelhia da Intendência-Geral dos Abastecimentos uma nota com a indicação do nome do produtor, quantidades adquiridas, gradação e local de armazenagem ;

b) Os refinadores e exportadores só poderão adquirir azeite mediante autorização a conceder, respectivamente.

pela Junta Nacional do Azeite e pelo Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite;

c) Nas localidades onde não haja armazenistas, e só para abastecimento local, pode a aquisição ser feita por retalhistas, devendo estes para isso obter das delegações concelhias da Intendência-Geral dos Abastecimentos uma autorização para o levantamento do azeite;

d) Nas localidades onde não haja retalhistas pode o azeite ser fornecido directamente pelo produtor local aos consumidores, mediante uma autorização passada pela delegação concelhia da Intendência-Geral dos Abastecimentos;

e) As delegações concelhias da Intendência-Geral dos Abastecimentos e o Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite enviarão quinzenalmente às delegações da Junta Nacional do Azeite nota das quantidades adquiridas à produção.

6.º As transferências de azeite entre armazenistas dependem de autorização prévia da Intendência-Geral dos Abastecimentos, que as poderá também determinar sempre que as necessidades de abastecimento o imponham.

7.º A Junta Nacional do Azeite promoverá o escoamento de todo o azeite manifestado que lhe venha a ser oferecido para venda, quer adquirindo-o directamente à produção, quer transferindo a sua compra para refinadores ou armazenistas indicados pelo Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite.

8.º A Junta Nacional do Azeite, por intermédio das suas delegações, organizará e terá permanentemente em dia o registo do movimento do azeite, com base nas cédulas de fabrico e nas notas e autorizações de compra enviadas pela Intendência-Geral dos Abastecimentos e pelo Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite.

9.º Os preços do azeite no produtor constam da tabela n.º 1 anexa a esta portaria; os preços de venda aos retalhistas e ao público na cidade de Lisboa constam das tabelas n.ºs 2 e 3; no resto do País são os mesmos estabelecidos pela Intendência-Geral dos Abastecimentos, tomando por base os elementos seguintes:

a) Preço fixado ao produtor;

b) Remuneração ilíquida para o intermediário, tendo em atenção o custo médio do transporte, despesas e lucro.

10.º A circulação do azeite será regulada pela Intendência-Geral dos Abastecimentos e continua sujeita ao regime de guias de trânsito em vigor, que serão passadas por este organismo, com excepção das referentes a azeite refinado, cuja passagem é da competência da Junta Nacional do Azeite.

11.º A venda de azeite refinado às fábricas de conservas de peixe será autorizada pela Junta Nacional do Azeite, de harmonia com os contingentes atribuídos, mediante comunicação do Instituto Português de Conservas de Peixe, o qual informará a Junta mensalmente das quantidades de azeite exportadas em conservas.

12.º O consumo do azeite será regulado pela Intendência-Geral dos Abastecimentos, consoante as disponibilidades, a qual promoverá a sua movimentação através do Grémio dos Armazenistas e Exportadores de Azeite. Para tal ficam cativas, à sua ordem, as quantidades adquiridas pelos armazenistas e retalhistas nos termos das alíneas a) e c) do n.º 5.º desta portaria.

13.º As infracções ao disposto nesta portaria serão punidas pela forma estabelecida nos Decretos-Leis n.ºs 29:964, de 10 de Outubro de 1939, 31:564, de 10 de Outubro de 1941, 31:867, de 24 de Janeiro de 1942, 32:086, de 15 de Junho de 1942 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 36:104, de 18 de Janeiro de 1947), 32:945, de 2 de Agosto de 1943, e 35:809, de 16 de Agosto de 1946,

e mais legislação aplicável, designadamente a referente ao crime de desobediência, conforme ao caso couber.

14.º Quando, por efeito da aplicação do disposto no § 2.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 35:809, de 16 de Agosto de 1946, tiver lugar o encerramento de qualquer lagar, o seu proprietário, rendeiro, gerente ou parceiro perderá o direito ao azeite proveniente das maquinas e ao excedente sobre as quantidades registadas, quando se trate de azeitona própria ou adquirida por compra ou troca. Determinado que seja o encerramento do lagar, pode a sua exploração ser entregue à Junta Nacional do Azeite, mediante requisição, nos termos do Decreto-Lei n.º 29:904, providenciando a Junta para que a azeitona ali existente seja laborada e o azeite entregue aos respectivos produtores.

15.º É revogada a Portaria n.º 12:956, de 7 de Outubro de 1949.

Ministério da Economia, 4 de Outubro de 1950.—
O Ministro da Economia, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.

TABELA N.º 1

Preços de compra de azeite ao produtor

Por litro

Tipos de azeite	Preços
Extra (de 1 grau de acidez)	12\$00
Meio extra (de 1,6 de acidez)	11\$58
Fino (de 2,5 de acidez)	11\$10
Corrente (de 5 graus de acidez)	10\$30

Nota. — O produtor pode vender o azeite com qualquer grau de acidez, tendo em atenção que a variação do preço do azeite com menos de 2 graus é de \$07, de 2 a 3 graus é de \$04 e de 3 a 4 graus é de \$03, tudo por décimo de acidez; de 8 graus em diante, \$10 por grau de acidez.

TABELA N.º 2

Pelo armazenista ao retalhista (Lisboa)

Por litro

Tipos de azeite	Preços
Extra (de 1 grau de acidez)	13\$10
Meio extra (de 1,6 de acidez)	12\$70
Fino (de 2,5 de acidez)	12\$20
Corrente (de 5 graus de acidez)	11\$40

TABELA N.º 3

Preços de venda pelos retalhistas na cidade de Lisboa

Por litro

Tipos de azeite	Preços
Extra (de 1 grau de acidez)	13\$70
Meio extra (de 1,6 de acidez)	13\$30
Fino (de 2,5 de acidez)	12\$80
Corrente (de 5 graus de acidez)	12\$00

Nota. — O armazenista e o retalhista podem vender azeite de qualquer dos tipos comerciais com a tolerância de 0,1 de acidez para o extra, 0,2 para o fino e 0,3 para o corrente.

Ministério da Economia, 4 de Outubro de 1950.—
O Ministro da Economia, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.